



Concurso Público para Provimento de Vagas para Cargos Técnicos-Administrativos em Educação (TAE'S) do IFPE

EDITAL Nº 39/2025 - REI/IFPE

TAE CONCURSO PÚBLICO

TÉCNICOS-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO



Caderno de Provas

TAE
305

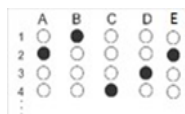
CONTADOR

Edital Nº 039/2025 – REI/IFPE

Data: ____/____/____

INSTRUÇÕES GERAIS PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA

- Use apenas caneta esferográfica de tinta na cor preta e fabricada em material transparente.
- Escreva a data, a sua assinatura e o seu número de inscrição no espaço indicado nesta capa.
- A prova terá duração máxima de 4 (quatro) horas, incluindo o tempo para responder a todas as questões do **Caderno de Provas** e preencher a **Folha de Respostas**.
- Antes de retirar-se definitivamente da sala, entregue a **Folha de Respostas** e o **Caderno de Provas** ao fiscal.
- Este **Caderno de Provas** contém 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha, cada uma com 05 (cinco) alternativas, das quais apenas 01 (uma é correta).
- Se o **Caderno de Provas** contiver alguma imperfeição gráfica que impeça a leitura, comunique isso imediatamente ao Fiscal, para que seja efetuada de imediato a troca do Caderno.
- Cada questão de múltipla escolha apresenta apenas **uma** resposta correta. Para a marcação da alternativa escolhida na **Folha de Respostas**, pinte completamente o campo correspondente conforme a figura a seguir:



- Os rascunhos e as marcações feitas neste **Caderno de Provas** não serão considerados para efeito de avaliação.
- Interpretar as questões faz parte da avaliação; portanto, não é permitido solicitar esclarecimentos aos Fiscais.
- O preenchimento da **Folha de Respostas** é de sua inteira responsabilidade.
- A quantidade de questões objetivas e respectivas pontuações desta prova estão apresentadas a seguir:

Área de conhecimento da questão	Número de questões	Valor total Pontos
Língua Portuguesa	10 questões	10 pontos
Noções de Informática	05 questões	05 pontos
Legislação Aplicada	10 questões	20 pontos
Integridade	05 questões	05 pontos
Conhecimentos Específicos	20 questões	60 pontos
PONTUAÇÃO TOTAL		100 pontos

ASSINATURA DO CANDIDATO:

NÚMERO DE INSCRIÇÃO:

LÍNGUA PORTUGUESA

As questões de 01 a 10 referem-se ao texto reproduzido a seguir.

A educação e a formação já dançaram?

Dirce Waltrick do Amarante e Fedra Rodríguez

Um jovem no primeiro ano do ensino médio é um aluno exemplar. Certo dia, ao se levantar para receber a nota máxima na feira de ciências de sua escola, ouve, entre assobios e vaias, diversos comentários. Até que uma das agressões verbais se torna o “grito de guerra” dos colegas: “Vai ser CLT! Vai ser CLT!”. Deram-lhe a pena máxima, a predição de um futuro de miséria, além de colocar-lhe a pecha de fracassado. O apreço pelo estudo é um sinal claro de falta de ambição e incapacidade de faturar milhões – e, portanto, de “ter sucesso” na vida – para essa multidão berrante. Certamente, é um “crime” que merece tamanha punição, claro.

Cenas semelhantes, embora não tenham acontecido exatamente da forma como a ficção contada aqui, já são um fato corriqueiro entre crianças, adolescentes e jovens do Brasil. Por si só, esse dado já seria de extrema preocupação, revelando o desprezo das novas gerações – doutrinadas pelo panorama contemporâneo – pelo modelo de trabalho que garante o sustento de milhões de brasileiros. Mas o problema, neste caldo de tigrinhos, dancinhas, jogadores que não jogam nem declaram impostos e que estão bilionários, é justamente o trabalho. O trabalho, da forma como até pouco tempo o concebíamos, se tornou sinônimo de burrice, por conseguinte, o conhecimento e a responsabilidade também. E não, não culpemos esses jovens, supostamente de “cabeça fraca”, como já ouvimos de nossos pais e eles de nossos avós. A crise civilizatória de nosso tempo é feita de uma miríade de “subcrises”, inclusive éticas e intelectuais, que envolvem e repercutem em diversas camadas sociais.

Os mais novos, em formação, revelam o contexto complexo em que estamos imersos e reagem a ele com a prontidão e a insensatez típicas da juventude. Porém, na era das big techs megalomaniacas, dos coaches de soluções milagrosas e das celebridades instantâneas, a insensatez não é mais uma prerrogativa juvenil, embora as atitudes observadas entre indivíduos da geração alpha sejam os sintomas mais emblemáticos.

De acordo com o Inep, entre 2013 e 2023, houve uma queda de 45,6% de inscritos no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Um declínio que se acentuou com os anos de pandemia e com a crescente febre de influencers e de investidores mágicos que dão inveja a Houdini. A desvalorização do ensino superior – refletido no desmonte das universidades – e do modelo convencional de trabalho, a ameaça da inteligência artificial aos atuais postos de emprego e o incentivo ao lucro rápido tiveram peso considerável para que alcançássemos esse resultado.

Um fato curioso ajuda a corroborar esta análise: as páginas de grandes universidades brasileiras nas mídias sociais têm menos seguidores do que as páginas de influenciadores digitais. Vejamos, por exemplo, três instituições de diferentes estados: no Instagram, a página da USP, uma das maiores e mais bem conceituadas da América Latina, tem 421 mil seguidores; a de outra grande universidade brasileira, a PUC/RIO tem minguados 18.700; já a da UFSC tem apenas 154 mil seguidores. O número de seguidores dessas três instituições de ensino juntas é menor do que o número de seguidores de uma influenciadora como Virgínia Fonseca (a que chupou o microfone do Senado), que tem 56 milhões. A PUC/RIO consegue ter menos seguidores do que a influenciadora mirim Vicky Justus, que começou ontem na “profissão”, mas já é seguida por 125 mil pessoas. Se compararmos a Carlinhos Maia, com seus 35,6 milhões de fãs de Instagram, a situação se torna vexatória.

Há, é claro, todo tipo de influenciador digital. Alguns promovem grandes debates e reflexões, outros dançam, cantam e perguntam para os seguidores que roupa devem vestir. Aqueles que promovem o debate contribuem para a sociedade e também para as universidades, pois acabam remetendo a elas ou são, muitas vezes, frutos delas. Esse é o caso, por exemplo, de Rita von Hunty, nome artístico de Guilherme Terreri Lima Pereira, Bacharel em atuação cênica pela UNIRIO, e em literatura inglesa pela USP.

Mas e os outros influenciadores? Como é possível explicar que aqueles que dançam ou compartilham seu dia a dia, geralmente bastante glamourosos, consigam chamar mais atenção do que uma instituição de ensino com cursos e saberes variados?

Vilém Flusser, o pensador checo-brasileiro, talvez explique o fenômeno no livro *A filosofia da Caixa Preta*, publicado em 1985. Com um olhar muito à frente de seu tempo, Flusser reflete sobre o poder das imagens

técnicas, ou seja, daquelas produzidas por aparelhos, em contraponto às imagens tradicionais. Enquanto “as imagens tradicionais imaginam o mundo”, as imagens técnicas, de “carácter aparentemente não-simbólico, objetivo”, fazem com que “seu observador as olhe como se fossem janelas e não imagens. O observador confia nas imagens técnicas tanto quanto confia em seus próprios olhos”. A função por trás das imagens técnicas, de acordo com Flusser, seria então a de “emancipar a sociedade da necessidade de pensar conceitualmente”.

Dos anos 1980 até os dias de hoje, houve uma proliferação de imagens técnicas, que culmina agora na chegada das imagens produzidas pelas inteligências artificiais. Ao longo dessas últimas décadas, a “liberdade” de não precisar pensar conceitualmente, parece ter provocado uma onda de comodismo ou preguiça, que levou à perda do senso crítico. Desse modo, as pessoas passaram a confiar cada vez mais nessas imagens, sem colocá-las em xeque, ou melhor, sem considerar que elas devem, como qualquer imagem, “ser decifradas por quem deseja captar-lhe o significado”, como alerta Flusser. Segundo o pensador, aliás, “decifrá-las é reconstituir os textos que tais imagens significam. Quando as imagens técnicas são corretamente decifradas, surge o mundo conceitual como sendo o seu universo de significado”. Portanto, quando se contempla uma imagem técnica, como diz Flusser, o que vemos, na verdade, “não é ‘o mundo’, mas determinados conceitos relativos ao mundo, a despeito da automaticidade da impressão do mundo sobre a superfície da imagem”.

As redes sociais estão inundadas de imagens técnicas. Os influenciadores abusam delas, talvez não tão ingenuamente quanto se pensa. Eles parecem confiar na “magia” que elas provocam nos seguidores. A respeito dessa magia, ou “nova magia”, como afirma Flusser, ela não tem a ver com ideia de elaboração de um mito, mas com a simples ritualização de um programa que não tem por objetivo “modificar o mundo lá fora”, mas criar “seus receptores para um comportamento mágico programado”. Em um efeito manada, influenciadores angariam novos “receptores” programados, que se encantam com aquilo que lhes é oferecido como verdade e possibilidade.

Os influenciadores entenderam como lidar com as imagens técnicas e manipular seus seguidores, cooptando cada vez mais deles. As universidades, ao contrário, em vez de angariar mais seguidores, parecem cada vez mais encantadas com as imagens técnicas, principalmente depois das IAs, e com a sua revolução que, como disse Flusser nos anos 1980, tomou rumo diferente: as imagens técnicas “não tornam visível o conhecimento científico, mas o falseiam; não reintroduzem as imagens tradicionais, mas as substituem; não tornam visível a magia subliminar, mas a substituem por outra. Nesse sentido, as imagens técnicas passam a ser ‘falsas’, ‘feias’ e ‘ruins’, além de não terem sido capazes de reunificar a cultura, mas apenas de fundir a sociedade em massa amorfa”.

Como introduzir nas imagens técnicas a magia da busca pelo conhecimento se “ter” é melhor do que “ser” e até mesmo “estar”? Como reprogramar seus observadores para que ponham em xeque o que veem?

Nesse momento, nos vem à mente uma tirinha da pequena intelectual Mafalda, criação do argentino Quino. Em um diálogo com Susanita – epítome da frivolidade –, Mafalda confessa que, quando crescer, quer “ter cultura”. Susanita, por sua vez, declara que prefere vestidos e então provoca: “Se sair na rua sem cultura, você é presa?”. Mafalda responde que não. E Susanita, triunfante, finaliza: “Experimente sair na rua sem vestidos”. Como Mafalda, acabamos admitindo — ainda que com revolta — que Susanita tem razão. Em 2025, experimente dizer que é CLT.

Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/>. Acesso em: 02 set. 2025.

1. De forma global, o texto objetiva

- A) narrar acontecimentos evidenciadores da complexidade da relação das novas gerações com o mercado de trabalho.
- B) descrever situações caracterizadoras da relação conflituosa das novas gerações com o mercado de trabalho.
- C) construir um posicionamento acerca da relação das novas gerações com a exigência social da obtenção de um diploma universitário.
- D) narrar e descrever acontecimentos caracterizadores da visão acrítica das novas gerações em relação ao trabalho formal.
- E) construir um posicionamento acerca da visão das novas gerações em relação ao trabalho e à educação formais.

2. De acordo com as autoras, o problema tematizado no texto
- A) decorre da formação familiar dada aos jovens.
 - B) resulta das falhas do sistema educacional brasileiro.
 - C) ratifica o quão nocivos são os influenciadores digitais.
 - D) ratifica o quão nocivas são as inovações tecnológicas.
 - E) resulta de uma crise da própria humanidade.
3. Os quatro primeiros períodos do primeiro parágrafo apresentam características predominantes do tipo
- A) descritivo, embora este não seja o tipo predominante no texto.
 - B) injuntivo, embora este não seja o tipo predominante no texto.
 - C) narrativo, e este é o tipo predominante no texto.
 - D) descritivo, e este é o tipo predominante no texto.
 - E) narrativo, embora este não seja o tipo predominante no texto.
4. Sobre as diferentes vozes presentes no texto, é correto afirmar que
- A) à voz das autoras juntam-se outras vozes que fortalecem a discussão.
 - B) à voz das autoras juntam-se outras vozes em uma relação de discordância.
 - C) a voz de Flusser enfraquece a visão trazida pelos dados do Inep.
 - D) a citação do texto de Quino serve tão somente para imprimir leveza à discussão.
 - E) as citações de Flusser e do texto de Quino apresentam posições divergentes entre si.
5. As autoras recorrem ao recurso da ironia
- A) no último período do segundo parágrafo.
 - B) no último período do primeiro parágrafo.
 - C) no primeiro período do quinto parágrafo.
 - D) no primeiro período do último parágrafo.
 - E) no último período do oitavo parágrafo.
6. As aspas, ao longo do texto, são empregadas
- A) com a mesma função.
 - B) para indicar tão somente ironia.
 - C) com funções distintas.
 - D) para indicar tão somente citação.
 - E) para indicar tão somente neologismos.
7. Leia o período reproduzido a seguir. Considere o contexto linguístico no qual esse período está inserido.

Deram-lhe a pena máxima, a predição de um futuro de miséria, além de **colocar-lhe** a pecha de fracassado.

As palavras em destaque foram empregadas com função coesiva

- A) anafórica, funcionam como objeto direto e devem concordar em número com o referente.
- B) catafórica, funcionam como objeto direto e devem concordar em gênero e número com o referente.
- C) anafórica, funcionam como objeto indireto e devem concordar em gênero e número com o referente.
- D) anafórica, funcionam como objeto indireto e devem concordar em número com o referente.
- E) catafórica, funcionam como objeto indireto e devem concordar em número com o referente.

8. Em algumas afirmações, as autoras fazem uso da estratégia persuasiva da modalização da linguagem. Essa estratégia está linguisticamente marcada no
- A) segundo período do décimo parágrafo, por meio do uso de um advérbio.
 - B) primeiro período do sexto parágrafo, por meio do uso do verbo haver.
 - C) primeiro período do décimo primeiro parágrafo, por meio do uso de verbos no infinitivo.
 - D) primeiro período do segundo parágrafo, por meio do uso da conjunção concessiva “embora”.
 - E) segundo período do quinto parágrafo, por meio do uso da expressão “por exemplo”.
9. Os dois períodos que compõem o terceiro parágrafo estão interligados por uma palavra sinalizadora de relação sintático-semântica de
- A) oposição e poderia ser substituída, sem alteração de sentido, por “portanto”.
 - B) conclusão e poderia ser substituída, sem alteração de sentido, por “portanto”.
 - C) oposição e poderia ser substituída, sem alteração de sentido, por “entretanto”.
 - D) conclusão e poderia ser substituída, sem alteração de sentido, por “no entanto”.
 - E) concessão e poderia ser substituída, sem alteração de sentido, por “conquanto”.
10. Há, no texto, quatro ocorrências de uso da palavra **até**. Sobre essas ocorrências, é correto afirmar:
- A) no décimo segundo parágrafo, ao combinar-se com a palavra “mesmo”, a palavra **até** apresenta valor argumentativo e, por isso, a expressão **até mesmo** poderia ser substituída por **no mínimo**, sem alteração de sentido.
 - B) no nono parágrafo, a palavra **até** apresenta valor argumentativo, uma vez que denota delimitação temporal e, por isso, a expressão poderia ser substituída por **inclusive**, sem alteração de sentido.
 - C) no segundo parágrafo, a palavra **até** não apresenta valor argumentativo, uma vez que denota delimitação temporal e, por isso, a expressão poderia ser substituída por **no mínimo**, sem alteração de sentido.
 - D) no décimo segundo parágrafo, ao combinar-se com a palavra “mesmo”, a palavra **até** apresenta valor argumentativo e, por isso, a expressão **até mesmo** poderia ser substituída por **inclusive**, sem alteração de sentido.
 - E) no primeiro parágrafo, a palavra **até** não apresenta valor argumentativo, uma vez que denota delimitação espacial e, por isso, a expressão poderia ser substituída por **inclusive**, sem alteração de sentido.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

11. No gerenciamento de arquivos no sistema operacional Windows, cada arquivo possui um sufixo que identifica o seu tipo, conhecido como extensão. Sobre esse assunto, é correto afirmar:
- A) arquivos de texto simples geralmente utilizam a extensão .txt.
 - B) arquivos de planilhas do Microsoft Excel utilizam a extensão .docx.
 - C) arquivos de documentos do Microsoft Word utilizam a extensão .pptx.
 - D) arquivos compactados em formato ZIP aparecem sempre com a extensão .rar.
 - E) arquivos de apresentação do Power Point utilizam a extensão .xls.

EDITAL REI/IFPE nº 039, DE 12 DE AGOSTO DE 2025

12. Uma das preocupações dos usuários na era digital é a preservação dos seus dados. Para isso é necessário utilizar-se de *backups*. Sobre estratégias de *backups*, é correto afirmar que o *backup*
- A) incremental salva, a cada execução, todos os arquivos do sistema, independentemente de terem sido modificados ou não.
 - B) diferencial realiza a cópia de todos os arquivos que foram alterados ou adicionados desde a última execução de um *backup* completo.
 - C) completo armazena apenas os arquivos que foram criados ou modificados desde a última cópia de segurança, seja ela total ou incremental.
 - D) incremental realiza a cópia integral de todos os arquivos do computador em cada execução.
 - E) espelhado distribui os arquivos de forma criptografada em vários locais, sendo a estratégia mais comum em sistemas domésticos.
13. Os navegadores de Internet são programas fundamentais para acessar a Web. Entre os recursos disponíveis nesses navegadores, destaca-se o modo de navegação anônima (ou privativa), que quando ativado pelo usuário
- A) Impede totalmente que o provedor de Internet, sites visitados ou administradores de rede rastreiem a navegação do usuário.
 - B) provoca o bloqueio automático de todos os anúncios e pop-ups durante a navegação.
 - C) impede o salvamento do histórico e arquivos temporários depois que o navegador for fechado.
 - D) permite que a navegação na Internet seja mais rápida, pois aumenta a velocidade de conexão.
 - E) protege a navegação contra vírus e malwares, funcionando como um antivírus integrado ao navegador.
14. Em planilhas eletrônicas, como Microsoft Excel ou LibreOffice Calc, é possível aplicar Formatação Condicional. Esse recurso permite
- A) alterar automaticamente os valores das células de acordo com critérios definidos pelo usuário.
 - B) modificar automaticamente a aparência de uma célula com base em condições, como destacar em vermelho valores abaixo de uma meta.
 - C) validar a entrada de dados nas células, permitindo apenas valores que atendam a critérios definidos.
 - D) bloquear células de uma planilha, condicionando sua formatação a inserção de uma senha escolhida pelo usuário.
 - E) importar dados de fontes externas, caso o conteúdo inserido coincida com critérios previamente definidos.
15. Em uma planilha eletrônica, uma empresa deseja calcular a média de vendas apenas dos vendedores que atingiram valor superior a R\$ 3.500,00 no mês. Para isso, foi criada uma coluna com os valores de venda (células B2:B11). Sendo assim, a fórmula que deve ser utilizada para realizar esse cálculo é:
- A) = **MÉDIA (B2 : B11 > 3500)** , pois retorna a média somente dos valores acima de 3500.
 - B) = **SE (B2 : B11 > 3500 ; MÉDIA (B2 : B11) ; "")** , já que o SE filtra os valores antes de calcular a média.
 - C) = **MÉDIASE (B2 : B11 ; ">3500")** , pois calcula diretamente a média, considerando apenas as células que atendem ao critério.
 - D) = **SEERRO (MÉDIA (B2 : B11) ; 0)** , garantindo que valores incorretos sejam ignorados.
 - E) = **SOMA (B2 : B11) / CONT . SE (B2 : B11 ; ">3500")** , dividindo o total pela quantidade de vendedores que atingiram o critério.

LEGISLAÇÃO APLICADA

16. O poder de polícia da Administração, que permite restringir direitos individuais em prol do interesse coletivo (ex: fiscalização sanitária, controle de edificações), tem como fundamento direto o princípio da
- A) supremacia do interesse público.
 - B) eficiência.
 - C) autotutela.
 - D) indisponibilidade do interesse público.
 - E) legalidade.
17. Um gestor público, diante de uma situação de alta complexidade técnica e econômica, baseia sua decisão, exclusivamente, em um parecer técnico-científico, elaborado por um perito de notório saber, que posteriormente se revela equivocado, causando prejuízos à Administração. Nos termos do Decreto nº 9.830/2019, a responsabilização pessoal do gestor
- A) depende da comprovação de que ele obteve alguma vantagem pessoal com a decisão, caracterizando dolo.
 - B) é objetiva e solidária com a do parecerista, pois o gestor tem o dever de decidir e assume integralmente o risco de sua decisão.
 - C) fica condicionada à condenação prévia do parecerista na esfera cível ou profissional.
 - D) é automática, pois a ele compete a decisão final, sendo o parecer um mero subsídio não vinculante.
 - E) poderá ser afastada se ele demonstrar que não dispunha de conhecimentos técnicos para questionar o mérito do parecer e que o perito foi escolhido com base em critérios objetivos.
18. De acordo com a Lei nº 8.429/1992, a aplicação das sanções por ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário independe da
- A) ocorrência de dano ao patrimônio público.
 - B) comprovação do dolo específico do agente.
 - C) individualização da conduta do agente na prática do ato.
 - D) aprovação ou rejeição das contas pelo órgão de controle interno ou pelo tribunal ou conselho de contas.
 - E) absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria.
19. O desenvolvimento do servidor na carreira dos Técnico-Administrativos em Educação ocorre por meio de dois mecanismos:
- A) a readaptação e a recondução.
 - B) a progressão por capacitação profissional e a progressão por mérito profissional.
 - C) a avaliação de desempenho a cada dois anos e a promoção por merecimento.
 - D) o incentivo à qualificação e o adicional por tempo de serviço.
 - E) a promoção por antiguidade e a promoção por merecimento.
20. A Lei nº 11.892/2008 instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, criando os Institutos Federais. A respeito da natureza e das disposições legais aplicáveis a essas instituições, é correto afirmar que esses Institutos
- A) são órgãos administrativos subordinados ao Ministério da Educação.
 - B) podem ministrar educação profissional técnica de nível médio, sendo vedada a de nível superior.
 - C) terão como órgão executivo a reitoria, composta por 1 Reitor, 1 Vice-Reitor e 7 Pró-Reitores.
 - D) são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi.
 - E) serão nomeados pelo Presidente da República, para mandato de 4 anos, permitida reconduções.

21. Conforme a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), a vedação à acumulação remunerada de cargos públicos (Art. 37, inciso XVI, Constituição Federal)

- A) aplica-se a um servidor aposentado, pois a acumulação de proventos de aposentadoria com a remuneração de um novo cargo na ativa só é permitida se os cargos fossem acumuláveis na atividade.
- B) aplica-se a um servidor aposentado, contudo, considerando os valores dos proventos da aposentadoria e da remuneração do novo cargo, ele deverá receber o que for de maior valor, não podendo receber ambos.
- C) não se aplica a um servidor aposentado, pois a vedação constitucional só se aplica a servidores da ativa, e a Constituição Federal é silente sobre os aposentados.
- D) aplica-se a um servidor aposentado, pois a acumulação é vedada em todos os casos, exceto se a aposentadoria tiver ocorrido por invalidez.
- E) não se aplica a um servidor aposentado, pois uma vez aposentado, o vínculo com o serviço público se encerra, podendo o indivíduo assumir qualquer outro cargo público sem restrições, considerando o princípio da liberdade profissional.

22. Considere o excerto abaixo.

“Novidade da Constituição de 1988 — distanciando-se das cartas passadas, que não disciplinavam a matéria como agora, o art. 4º listou, de forma sistemática e categórica, os princípios regentes das relações exteriores do Brasil. A matéria e a forma do preceito, adotados pela Assembleia Nacional Constituinte, derivaram do art. 26 do Anteprojeto da Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher. E, ao erigir os incisos do art. 4º ao posto de princípios regentes da República Federativa do Brasil nas suas relações internacionais, o constituinte prescreveu vetores que repercutem na própria ordem jurídica interna.”

(BULOS, Uadi Lammêgo. **Curso de direito constitucional**. 16. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2023, p. 398).

Sobre os princípios que regem a República Federativa do Brasil nas suas relações internacionais, destaca-se

- A) a construção de uma sociedade livre, justa e solidária.
- B) o repúdio ao terrorismo e ao racismo.
- C) a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
- D) a dignidade da pessoa humana.
- E) a soberania.

23. Leia o excerto abaixo.

“O Direito Administrativo é o ramo do direito público que trata de princípios e regras que disciplinam a função administrativa e que abrange entes, órgãos, agentes e atividades desempenhadas pela Administração Pública na consecução do interesse público”.

(NOHARA, Irene Patrícia Diom. **Direito Administrativo**. 14. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2025, p. 2”).

Em relação à temática do Direito Administrativo,

- A) o cargo de vereador é classificado como um servidor público.
- B) a nomeação de um ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) é um exemplo de ato administrativo simples.
- C) a imperatividade é um dos atributos que caracteriza o ato administrativo.
- D) o decreto regulamentar tem natureza jurídica de um ato administrativo enunciativo.
- E) a revogação é uma técnica utilizada para anular o ato administrativo por vício de legalidade.

24. O servidor público federal pode ser removido,
- A) a pedido, no interesse da Administração Pública, para acompanhar cônjuge ou companheiro, também servidor público civil ou militar.
 - B) a pedido, a critério da Administração Pública, por motivo de saúde do servidor, cônjuge, companheiro ou dependente.
 - C) a pedido, para outra localidade, independentemente do interesse da Administração Pública em virtude de processo seletivo.
 - D) de ofício, no interesse da Administração Pública, para acompanhar cônjuge que foi deslocado no interesse da Administração.
 - E) de ofício, a critério da Administração Pública, em virtude de processo seletivo promovido ou para acompanhar cônjuge.
25. Sobre o Processo Administrativo Disciplinar (PAD), concurso e servidor público federal, é correto o entendimento de que
- A) a pensão por morte de servidor público federal pode ser concedida ao filho inválido de qualquer idade, mesmo que a invalidez seja posterior ao óbito.
 - B) a portaria de instauração do processo administrativo disciplinar prescinde da exposição detalhada dos fatos a serem apurados.
 - C) a exigência de diploma de nível médio técnico em concurso não pode ser suprida por diploma de nível superior na mesma área de atuação.
 - D) o diploma ou habilitação legal para o exercício do cargo deve ser exigido na inscrição para o concurso público.
 - E) o excesso de prazo para a conclusão do processo administrativo disciplinar causa nulidade do processo.

INTEGRIDADE

26. O Decreto nº 11.529/2023 define conceitos relacionados ao Sistema de Integridade, Transparência e Acesso à Informação. Com base na referida Norma, transparência passiva é a(o)
- A) publicação proativa de informações nos portais de transparência das instituições públicas, sem necessidade de solicitação.
 - B) comunicação interna entre órgãos e entidades da Administração Pública para compartilhamento de dados estratégicos.
 - C) divulgação de informações somente quando autorizada por autoridade superior, em casos excepcionais e devidamente justificada, conforme estabelecido na Lei de Acesso à Informação.
 - D) disponibilização de informações públicas mediante atendimento a pedidos apresentados por qualquer interessado, observados os prazos e procedimentos estabelecidos na Lei de Acesso à Informação.
 - E) direito de acesso a informações garantido a servidores públicos no exercício de suas funções.

27. O Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal (Decreto nº 1.171/1994) prevê regras específicas quanto à composição das Comissões de Ética nos órgãos e entidades da Administração Pública Federal. De acordo com o referido Decreto, a Comissão de Ética deve ser integrada por
- A) cinco membros eleitos entre todos os servidores da instituição, com a relação dos respectivos titulares e suplentes.
 - B) três membros titulares, escolhidos pela autoridade máxima do órgão, a partir de indicações realizadas pelo sindicato.
 - C) um servidor efetivo, um comissionado e um representante sindical, com a indicação dos respectivos membros titulares e suplentes.
 - D) cinco servidores, dos quais três efetivos e dois temporários, com a indicação dos respectivos membros titulares e suplentes.
 - E) três membros titulares com respectivos suplentes, indicados entre servidores ou empregados titulares de cargo efetivo ou emprego permanente.
28. O Decreto Federal nº 12.122/2024 e a Portaria MGI nº 6.719/2024 adotam a transversalidade como diretriz na prevenção e enfrentamento do assédio e da discriminação. De acordo com esses normativos, a transversalidade significa que
- A) a responsabilidade pelos casos de assédio moral, assédio sexual e discriminação recai sobre as chefias imediatas, as áreas de gestão de pessoas e a autoridade máxima do órgão.
 - B) as políticas de prevenção ao assédio e discriminação devem assegurar a capacitação e a realização de treinamentos para todos os servidores públicos, independentemente do cargo ou função exercidos.
 - C) cada unidade administrativa possui autonomia plena para adotar medidas próprias, independentemente das diretrizes estabelecidas pela Justiça ou pelos órgãos de controle internos ou externos.
 - D) a abordagem das situações de assédio e discriminação deverá levar em conta sua relação com a organização, a gestão do trabalho e suas dimensões sociocultural, institucional e individual.
 - E) a proteção das identidades de todas as partes envolvidas, incluindo testemunhas, no tratamento dos casos de assédio moral, assédio sexual e discriminação, é a principal diretriz a ser observada.
29. No âmbito de um processo de planejamento institucional, o IFPE aplicou um questionário aos estudantes solicitando: nome completo, estado civil, número do CPF, histórico de saúde, origem racial, convicção religiosa e dados bancários. Conforme o inciso II do art. 5º da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD), são considerados dados pessoais sensíveis as informações que dizem respeito a:
- A) histórico de saúde, origem racial e convicção religiosa.
 - B) origem racial, estado civil e número do CPF.
 - C) dados bancários, número do CPF e convicção religiosa.
 - D) histórico de saúde, origem racial e dados bancários.
 - E) estado civil, convicção religiosa e dados bancários.
30. O Decreto nº 9.203/2017 estabelece princípios que orientam a governança pública. Analise as opções a seguir e assinale a que apresenta apenas princípios previstos no art. 3º do Decreto.
- A) Eficiência, moralidade, capacidade de resposta e transparência.
 - B) Legalidade, confiabilidade, sustentabilidade e prestação de contas.
 - C) Capacidade de resposta, publicidade, melhoria regulatória e legalidade.
 - D) Impessoalidade, capacidade de resposta, sustentabilidade e confiabilidade.
 - E) Integridade, confiabilidade, prestação de contas e responsabilidade.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31. O Instituto Federal de Pernambuco (IFPE) está realizando um processo licitatório e determinou como critério para habilitação econômico-financeira os seguintes índices financeiros: Liquidez Corrente (LC), Liquidez Seca (LS) e Solvência Geral(SG). Assim, a Empresa XYZ, candidata à habilitação, apresentou as seguintes informações, conforme o Balanço Patrimonial do determinado exercício, em milhares:

Empresa XYZ			
Balanço Patrimonial			
Ano X5			
Ativo Circulante	708.701	Passivo Circulante	404.560
Caixa e Equivalentes de Caixa	326.213	Benefícios a Empregados	85.680
Contas a Receber	141.877	Contas a Pagar	147.465
Estoques	230.110	Tributos a Recolher	78.405
Tributos a Recuperar	10.501	Empréstimos a Pagar	93.010
Ativo Realizável a Longo Prazo	9.544	Passivo não Circulante	63.080
Contas a Receber	9.544	Contas a Pagar	52.180
		Empréstimos a Pagar	10.900
Ativo Imobilizado	256.455	Patrimônio Líquido	507.060
Máquinas e Equipamentos	195.500	Capital Social Integralizado	330.000
Mobiliários	50.069	Reserva Legal	62.000
Terrenos	60.000	Lucro do Exercício	115.060
(-) Depreciação Acumulada	(49.114)		
ATIVO TOTAL	974.700	PASSIVO TOTAL	974.700

Fonte: FUNCERN, 2025.

Com base nas informações do Balanço Patrimonial, os índices calculados, respectivamente, foram de:

- A) LC = 1,54; LS = 1,75; SG = 2,00.
 - B) LC = 2,08; LS = 1,75; SG = 2,41.
 - C) LC = 1,75; LS = 1,18; SG = 2,08.
 - D) LC = 1,18; LS = 1,54; SG = 2,41.
 - E) LC = 2,50; LS = 1,54; SG = 2,08.
32. Em conformidade com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, Parte I, tem-se a orientação para classificação de um bem como material permanente ou material de consumo. Assim sendo, como parâmetro para determinação da natureza de despesa correta, devem-se observar os seguintes critérios:
- A) transformabilidade, durabilidade, fragilidade, perecibilidade e incorporabilidade.
 - B) durabilidade, fragilidade, uniformidade, funcionalidade e transformabilidade.
 - C) incorporabilidade, fragilidade, funcionalidade, volatilidade e uniformidade.
 - D) perecibilidade, volatilidade, mobilidade, sustentabilidade e durabilidade.
 - E) durabilidade, transformabilidade, funcionalidade, mobilidade e utilidade.

33. Em conformidade com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, a ordem das etapas da Receita Pública Orçamentária é a seguinte:
- A) provisão → lançamento → recolhimento → arrecadação.
 - B) provisão → arrecadação → recolhimento → contabilização.
 - C) provisão → mensuração → lançamento → arrecadação.
 - D) previsão → lançamento → arrecadação → recolhimento.
 - E) previsão → arrecadação → recolhimento → lançamento.
34. Em consonância com a Norma Brasileira de Contabilidade Técnica Geral – NBC TG 26 (R5), o montante de dividendos reconhecido como distribuição aos proprietários, durante o período, e o respectivo montante por ação devem ser reconhecidos no seguinte demonstrativo:
- A) Demonstração do Resultado ou Demonstração do Resultado Abrangente.
 - B) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido ou Notas Explicativas.
 - C) Balanço Patrimonial ou Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido.
 - D) Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados ou Balanço Patrimonial.
 - E) Demonstração do Resultado Abrangente ou Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados.
35. A empresa Segurança Forte S.A., submetida ao regime tributário do Lucro Real, prestou serviço de vigilância armada a um órgão público da administração direta; assim, tal órgão realizou o pagamento do serviço e, neste momento (pagamento), em observância à Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.234, de 2012, procedeu com
- A) retenção dos tributos federais, no percentual de 9,45%, tendo como vencimento do tributo o dia 20 do mês subsequente ao fato gerador.
 - B) retenção do Imposto sobre a Renda, no percentual de 9,45%, tendo como vencimento do tributo o dia 10 do mês subsequente ao fato gerador.
 - C) retenção do Imposto sobre a Renda, no percentual de 15%, tendo como vencimento o dia 20 do mês subsequente ao fato gerador.
 - D) retenção dos tributos federais, no percentual de 5,85%, tendo como vencimento o décimo quinto dia útil do mês subsequente ao fato gerador.
 - E) retenção das contribuições sociais e impostos, no percentual de 9,45%, tendo como vencimento o décimo quinto dia útil do mês subsequente ao fato gerador.

36. A Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais (EFD-Reinf), instituída pela Receita Federal como parte integrante do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), substitui diversas obrigações acessórias relacionadas a retenções tributárias na fonte.

Com a implantação da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais Previdenciários e de Outras Entidades e Fundos (DCTFWeb), as informações prestadas via EFD-Reinf passaram a ser integradas ao processo de apuração e declaração dos débitos tributários federais.

Com base nas normas vigentes, assinale a alternativa correta sobre a integração entre a EFD-Reinf e a DCTFWeb.

- A) A EFD-Reinf é utilizada para declarar informações sobre retenções de contribuições previdenciárias incidentes sobre a folha de pagamento, e o eSocial é utilizado para declarar informações do imposto sobre a renda incidentes sobre a folha de pagamento, sendo posteriormente integradas à DCTFWeb para geração do DARF.
- B) As informações da EFD-Reinf e do eSocial são processadas de forma independente da DCTFWeb, devendo o contribuinte consolidar os débitos manualmente ao enviar a declaração de débitos, anualmente.
- C) A EFD-Reinf alimenta o sistema eSocial com dados de retenções de tributos, incluindo as contribuições previdenciárias e o imposto sobre a renda, os quais, posteriormente, são processados pela DCTFWeb para geração dos débitos tributários.
- D) A DCTFWeb é uma obrigação acessória que declara os débitos e os créditos tributários gerados exclusivamente com base nas informações do eSocial, e a EFD-Reinf continua obrigatória apenas para fins de conferência e armazenamento interno de informações fiscais.
- E) A DCTFWeb consolida os débitos apurados com base nas informações declaradas no eSocial e na EFD-Reinf, sendo que esta última contempla retenções de tributos como Contribuição Previdência, IRRF, CSLL, PIS/Pasep e Cofins sobre serviços tomados ou prestados.

37. A Constituição Federal de 1988 estruturou o sistema orçamentário brasileiro, estabelecendo instrumentos próprios. Sobre as fases do ciclo orçamentário, assinale a opção correta.

- A) O Plano Plurianual (PPA) é elaborado anualmente com o objetivo de fixar metas fiscais e estabelecer as prioridades para o exercício seguinte, devendo ser aprovado até 31 de agosto de cada ano.
- B) A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) é um instrumento do Poder Legislativo que define as diretrizes políticas a serem seguidas na elaboração das leis ordinárias, devendo ser aprovada até dia 31 de agosto de cada ano.
- C) O Plano Plurianual (PPA) possui vigência de quatro anos e estabelece, de forma regionalizada, os programas de governo, seus objetivos e metas, servindo de base para a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA).
- D) A Lei Orçamentária Anual (LOA) tem como finalidade fixar a execução orçamentária do exercício e serve de orientação para a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), com base nas diretrizes dispostas no Plano Plurianual (PPA).
- E) A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) estabelece a programação financeira detalhada das despesas previstas na Lei Orçamentária Anual (LOA), trata de metas fiscais e o cronograma de desembolso financeiro para o exercício.

EDITAL REI/IFPE nº 039, DE 12 DE AGOSTO DE 2025

38. Sobre os componentes da Lei Orçamentária Anual (LOA), conforme o art. 165, §5º da Constituição Federal, é correto afirmar que

- A) o orçamento de investimentos deve incluir todas as empresas públicas e sociedades de economia mista que recebem recursos do Tesouro Nacional.
- B) o orçamento da seguridade social abrange os recursos dos órgãos da administração direta responsáveis pelas políticas de saúde, educação, previdência e assistência social.
- C) as fundações públicas não são abrangidas por nenhum dos três orçamentos da LOA, salvo se a União, direta ou indiretamente, detiver a maioria do capital social.
- D) a LOA não pode incluir despesas das empresas estatais, uma vez que estas devem ter orçamento próprio, aprovado por seus conselhos administrativo e fiscal.
- E) o orçamento fiscal contempla as receitas e despesas dos Poderes da União, incluindo órgãos da administração direta e indireta, bem como fundações mantidas pelo Poder Público.

39. A companhia aérea Pernambuco Linhas Aéreas S.A. adquiriu uma aeronave por R\$ 120 milhões. De acordo com o laudo técnico e os critérios da Norma Brasileira de Contabilidade Técnica Geral 27 – NBC TG 27 (R4), a aeronave possui componentes com vidas úteis distintas:

- **Estrutura da aeronave (fuselagem e asas)** – representa 60% do custo total e tem vida útil estimada de 20 anos.
- **Motores** – representam 30% do custo e têm vida útil estimada de 10 anos.
- **Sistema de entretenimento e interiores da cabine** – representa 10% e tem vida útil estimada de 5 anos.

Com base na NBC TG 27 (R4), para fins de depreciação desse ativo, o tratamento contábil mais adequado a ser adotado é:

- A) a depreciação deve ser feita separadamente para cada componente significativo, considerando suas vidas úteis individuais.
- B) a aeronave deve ser depreciada em conjunto, salvo se a legislação tributária exigir segregação contábil.
- C) a depreciação deve ocorrer sobre o valor total da aeronave, com base na vida útil predominante (20 anos).
- D) os componentes devem ser agrupados e depreciados com base em média ponderada das vidas úteis, pois formam um ativo único.
- E) a companhia deve depreciar o valor total da aeronave com base na menor vida útil dos componentes (5 anos), assegurando que nenhum componente ultrapasse sua vida útil.

40. Em relação ao Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), é correto afirmar que

- A) é um sistema integrado, no âmbito federal, utilizado pelos órgãos de controle para julgamento das prestações de contas das unidades gestoras do poder legislativo.
- B) é um sistema integrado que reúne informações orçamentárias, financeiras e contábeis.
- C) tem por função controlar as transferências financeiras realizadas entre os órgãos da administração indireta.
- D) é um sistema de uso obrigatório para todos os entes federativos, com a finalidade estrita de controle dos saldos dos contratos firmados entre os órgãos.
- E) destina-se unicamente à elaboração automática dos demonstrativos contábeis e notas explicativas da União.

EDITAL REI/IFPE nº 039, DE 12 DE AGOSTO DE 2025

41. O suprimimento de fundos é caracterizado como um adiantamento de valores a um servidor para futura prestação de contas e é classificado como despesa orçamentária. Sobre esse regime de adiantamento, é correto afirmar que
- A) apenas deverá ser concedido para pagamento de despesa considerada de caráter sigiloso.
 - B) considerando tratar-se de regime de adiantamento, a despesa poderá ser incorrida sem prévio empenho.
 - C) poderá ser concedido para compra de material de consumo, desde que o suprido seja o responsável pela guarda do bem a ser adquirido.
 - D) não poderá ser concedido a servidor declarado em alcance.
 - E) o suprido poderá efetivar a despesa com suprimimento de fundos, utilizando conta bancária aberta em nome do servidor para movimentação do adiantamento.

42. Sobre a estrutura do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), considere os seguintes códigos:

I. 1.1.1.1.00.00.00

II. 3.1.2.1.00.00.00

III. 5.1.2.1.00.00.00

IV. 6.2.1.1.00.00.00

V. 7.1.1.1.01.01.00

Assinale a opção que classifica corretamente o sistema a que cada código pertence, respectivamente:

- A) Patrimonial, Variações Patrimoniais, Orçamentário, Controle, Controle.
 - B) Ativo, Resultado, Controle, Controle e Orçamentário.
 - C) Ativo, Variação Patrimonial, Orçamentário, Controle, Controle.
 - D) Patrimonial, Patrimonial, Orçamentário, Orçamentário, Controle.
 - E) Patrimonial, Resultado, Orçamentário, Orçamentário, Controle.
43. Durante o segundo semestre do exercício, o Ministério da Educação identificou que a dotação para aquisição de material bibliográfico para distribuição seria insuficiente. Por outro lado, havia sobra significativa na dotação orçamentária de reformas. Assim, o ministro solicitou realocação dos recursos. Nessa situação, a abertura do crédito suplementar será possível
- A) mediante emissão de medida provisória, dado o caráter urgente do gasto com educação.
 - B) no exercício seguinte, devido ao déficit financeiro da sobra do recurso de material de expediente.
 - C) mediante autorização legislativa específica e utilização de anulação de dotação.
 - D) com expedição de portaria interna, visto que o Ministro tem autonomia para tal alteração.
 - E) obter crédito emergencial, com a justificativa da urgência e importância e expedição de decreto interno.

EDITAL REI/IFPE nº 039, DE 12 DE AGOSTO DE 2025

44. Consideram-se Restos a Pagar as despesas empenhadas e não pagas até 31 de dezembro. Sobre restos a pagar, é correto afirmar que
- A) os Restos a Pagar Não Processados (RPNP) provenientes de dotação decorrente de créditos extraordinários não serão passíveis de bloqueio.
 - B) as unidades gestoras responsáveis pelos restos a pagar bloqueados deverão apresentar justificativa ao Ministério da Fazenda, a fim de que este proceda com o desbloqueio até 30 de junho.
 - C) a inscrição de Restos a Pagar Não Processados (RPNP) é condicionada à indicação das despesas empenhadas pelo ordenador de despesa.
 - D) todas as transferências obrigatórias constitucionais entre entes federativos não são passíveis de bloqueio.
 - E) os Restos a Pagar Processados (RPP) serão bloqueados, caso não sejam pagos até 30 de junho do exercício subsequente à sua inscrição.
45. Os depósitos em caução, as fianças, as operações de crédito por antecipação de receita orçamentária (ARO), a emissão de moeda, são exemplos de
- A) recursos vinculados.
 - B) receita pública efetiva.
 - C) receita corrente.
 - D) despesa intraorçamentária.
 - E) ingressos extraorçamentários.
46. Durante o exercício de 20X4, um ente público efetuou o pagamento de R\$ 3.500.000,00 referente a Restos a Pagar Processados (RPP) do exercício anterior. Esse pagamento será registrado no Balanço Financeiro de 20X4 como:
- A) desembolsos orçamentários do exercício.
 - B) receita extraorçamentária, por se tratar de despesa do exercício anterior.
 - C) despesas orçamentárias do tipo vinculada, por ser do exercício anterior.
 - D) dispêndios orçamentários de despesas de exercício anterior.
 - E) pagamentos extraorçamentários do exercício.
47. Uma empresa internacional doará alimentos para merendas escolares à Escola Pública Municipal (órgão público). Assim, os alimentos serão classificados como Estoque, ficando a cargo da escola arcar com os seguintes gastos e valores:
- **Impostos Recuperáveis – R\$ 3.800**
 - **Seguro – R\$ 300**
 - **Frete – R\$ 600**
 - **Imposto de Importação – R\$ 3.100**
 - **Aluguel do galpão que servirá de depósito para as rações – R\$ 500**

De acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 04 (NBC TSP 04) e considerando que o valor justo da mercadoria recebida por meio de doação será de R\$ 62.000, os alimentos deverão ser reconhecidos como Estoques no montante de

- A) R\$ 70.300.
- B) R\$ 66.000.
- C) R\$ 63.400.
- D) R\$ 68.900.
- E) R\$ 62.000.

48. Com base no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, Parte IV, quanto à estrutura do código e detalhamento da conta contábil,
- A) o código da conta é composto por 9 dígitos, elencados em 7 níveis de desdobramento.
 - B) o controle de Disponibilidades de Recursos é realizado por meio das contas dos subgrupos 3.2.1 e 4.2.1 (contas de resultado).
 - C) o 2º nível da conta (grupo) possibilita a consolidação das contas públicas nos diversos níveis de governo.
 - D) o código da conta contábil é formado por 10 dígitos numéricos, sendo os dois últimos reservados à Unidade Gestora Executora.
 - E) as contas de compensação patrimonial pertencem exclusivamente às classes 5 e 6, conforme definido no PCASP Estendido.
49. Uma entidade da administração federal, ao executar o seu orçamento, realizou as seguintes operações durante o exercício financeiro:

Em 10 de novembro de X1, realizou a aquisição de uma operação de crédito para aquisição de um terreno destinado à construção de uma quadra poliesportiva.

Em 20 de novembro de X1, empenhou o valor de R\$ 200.000,00 para aquisição do terreno.

Em 30 de dezembro de X1, a escritura pública do terreno foi lavrada e registrada em nome do ente público, representando a transferência do controle e posse do bem.

Em 31 de dezembro de X1, a despesa não foi liquidada e o valor empenhado foi inscrito em Restos a Pagar.

Em 20 de fevereiro de X2, a liquidação da despesa foi realizada, com a verificação dos documentos comprobatórios do direito do credor.

Em 01 de março de X2, o pagamento foi realizado ao credor.

Com base no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP),

- A) a operação de crédito contratada em 10 de novembro de X1 deve ser registrada como ativo financeiro e variação patrimonial diminutiva no momento da contratação, devendo o reconhecimento do ativo imobilizado ocorrer apenas após a liquidação formal da despesa, em fevereiro de X2, conforme o regime da competência.
- B) a aquisição de um terreno é classificada, quanto à categoria econômica da despesa, como Despesa Corrente e, no momento do pagamento em X2, afeta o resultado patrimonial do exercício, configurando uma Variação Patrimonial Diminutiva (VPD).
- C) o fato gerador do registro do ativo imobilizado ocorre na lavratura da escritura e transferência da posse do terreno, em 30 de dezembro de X1, sendo este também o momento adequado para o reconhecimento do passivo financeiro, ainda que a despesa orçamentária não tenha sido liquidada até o encerramento do exercício.
- D) apesar da liquidação ocorrer em X2, o empenho deve ser inscrito como Restos a Pagar Processados (RPP), devido ao fato do terreno ter sido adquirido com valores advindos de operações de créditos;
- E) a inscrição em restos a pagar no final de X1 representa o cumprimento do princípio orçamentário da universalidade, e a despesa deve ser classificada como Restos a Pagar Não Processados (RPNP) a liquidar, uma vez que a liquidação formal só ocorreu no exercício seguinte.

EDITAL REI/IFPE nº 039, DE 12 DE AGOSTO DE 2025

50. A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) impõe limites e transparência ao endividamento dos entes federativos. Suponha que um estado ultrapassou o limite de dívida consolidada previsto para ele ao final de um quadrimestre. Com base na LRF,
- A) o órgão deverá adotar mecanismos para contenção da dívida consolidada ao limite dentro dos dois quadrimestres subsequentes, não podendo ultrapassar o exercício financeiro.
 - B) o ente federativo deverá reconduzir a dívida consolidada ao limite dentro dos três quadrimestres subsequentes, sendo que no primeiro deve reduzir ao menos 25% do excesso.
 - C) o ente deverá reconduzir a dívida consolidada até o final do exercício financeiro e ficará impedido de adquirir operações de créditos advindas de antecipação de receita.
 - D) até o prazo para retorno da dívida ao limite, o ente ficará impedido de adquirir operação de crédito interna ou externa, exceto por antecipação de receita.
 - E) ficará a cargo dos órgãos de controle a divulgação, ao final de cada quadrimestre, da relação dos entes que ultrapassarem os limites das dívidas consolidada e mobiliária.

